Município de ANCHIETA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2025
MUNICÍPIO DE ANCHIETA - CONSOLIDAÇÃO

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Município de Anchieta, situado no Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede administrativa na Avenida Anchieta, 838, Cep: 89970-000.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações que compõem o Balanço Geral da Unidade, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que institui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, ainda:

- ✓ Da lei nº 2.567/2021 de 24/09/2021, que dispões sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2022/2025, atualizado pela Lei 2.853/2024, de 01/11/2024;
- ✓ Lei 2.854/2024 de 01/11/2024, que dispõe sobre as Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2025;
- ✓ Lei 2.857/2024, de 22/11/2024, que dispõe sobre o Orçamento Programa do Município de Anchieta, para o exercício de 2025;
- ✓ Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.
- ✓ Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados os critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.

Cabe destacar que as demonstrações contábeis foram elaboradas seguindo os ditames legais acima elencados, mediante a utilização de sistema informatizado, contratado junto a empresa Betha Sistemas Ltda.

Disponibilizado para Fernanda Frizzo Crivelatti - 958351?917 em 18/05/2026 - 09:27:07

Esse documento foi assinado digitalmente por Alexandra Pereira Da Silva Goffi em 26/02/2026.
Para verificar a autenticidade acesse http://salavirtual.tce.sc.gov.br e informe o número do processo: PCP 26/00034689 e o codigo: F47EA

A documentação é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”.

NOTA 3 – CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

3.1 Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (PCASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das Unidades tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/SC.

Por se tratar de demonstração contábil da Unidade: Prefeitura Municipal de Anchieta/SC, abarcam todos os valores lançados a sua conta, integrados pelo seguinte CNPJ;

a) Município de Anchieta/SC (83.024.687/0001-22);
b) Fundo de Saúde (11.243.552.0001-47)
c) Fundo de Assistência Social (16.841.833/0001-15)
d) Hospital Municipal de Anchieta (80.643.117/0001-22)

3.2 Receitas e Despesas

As receitas e despesas orçamentárias foram codificadas de acordo com a Portaria Interministerial STN/MF e SOF/MPOG nº 163, de 04/05/2001 e suas respectivas alterações, sendo seus desdobramentos registrados em conformidade com os desdobramentos previstos no Plano de Contas, expedido pelo TCE-SC.

Disponibilizado para Fernanda Frizzo Crivelatti - 958351?917 em 18/05/2026 - 09:27:07

Esse documento foi assinado digitalmente por Alexandra Pereira Da Silva Goffi em 26/02/2026.
Para verificar a autenticidade acesse http://salavirtual.tce.sc.gov.br e informe o número do processo: PCP 26/00034689 e o codigo: F47EA

O registro, no aspecto orçamentário, e obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício. Sob o enfoque patrimonial, considerou-se o regime de caixa para as receitas e de competência para as despesas, sendo registradas mediante a ocorrência de seus respectivos fatos geradores. As alterações da situação líquida patrimonial foram registradas à conta de variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

As despesas e receitas são apresentadas sem ajustes inflacionários, ou seja, em moeda original do ano de realização, expresso em reais. E estão listas pelos seus valores arrecadados, empenhados, liquidados e pagos no exercício.

3.3 Depreciação, Amortização e Exaustão

Os ativos imobilizados, registrados pelo seu custo de aquisição, sofrem o processo a que couber de depreciação/amortização/exaustão segundo critérios e técnicas aplicadas pelo Setor de Patrimônio do Município.

3.4 Estoques

Compreendem os valores dos bens adquiridos pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Até o final do exercício de 2025 o Município não havia realizado a implantação do controle de estoque.

Desta forma, o setor de Contabilidade ainda não consegue reconhecer os estoques patrimoniais existentes na entidade, descumprindo com este procedimento contábil patrimonial, conforme cronograma estabelecido na portaria 548/2015 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Dessa forma por falta de registro adequado das mercadorias as mesmas são consideradas como consumo imediato, sendo registrado, por ocasião da liquidação, em VPD.

Disponibilizado para Fernanda Frizzo Crivelatti - 958351?917 em 18/05/2026 - 09:27:07

Esse documento foi assinado digitalmente por Alexandra Pereira Da Silva Goffi em 26/02/2026.
Para verificar a autenticidade acesse http://salavirtual.tce.sc.gov.br e informe o número do processo: PCP 26/00034689 e o codigo: F47EA

Município de
ANCHIETA

3.5 Reconhecimento Passivos de Férias

O reconhecimento por competência dos passivos relativos a férias dos servidores foram estimados tendo por base no banco de dados do departamento de recursos humanos.

3.6 Informações Complementares

Todos os valores estão expressos em reais;

A Entidade não possui Parcerias Público Privada – PPP;

O Município não possui Regime Próprio de Previdência Social – RPPS;

O Município não recebeu ou concedeu garantias.

Em relação aos Demonstrativos Contábeis publicados no site do Município, no DOM-SC (Diário Oficial dos Municípios), no SIOPE (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação), no SIOPS (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde) e e-Sfinge (Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão), há pequenas divergências quanto a sua forma de apresentação e/ou apuração, devido a metodologia adotado pelo Município na sua elaboração e o método adotado pelos diferentes sistemas, contudo estes demonstram em seus valores totais e/ou finais a real posição patrimonial e orçamentária da Entidade.

O Município não estima na Lei Orçamentária Anual valores de convênios ou operações de credito, e quando estes ocorrem a despesa é aberta pelo excesso de arrecadação.

A contabilidade registra as arrecadações pelo seu valor bruto, lançando em conta especifica as respectivas deduções da receita orçamentária, entretanto alguns demonstrativos apresentam os valores líquidos de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

No primeiro bimestre do exercício ocorre o lançamento de diversos empenhos por estimativa e globais que compreendem todo o exercício, a fim de garantir sua reserva orçamentária e melhor controle, sendo as despesas

Disponibilizado para Fernanda Frizzo Crivelatti - 958351?917 em 18/05/2026 - 09:27:07

Esse documento foi assinado digitalmente por Alexandra Pereira Da Silva Goffi em 26/02/2026.
Para verificar a autenticidade acesse http://salavirtual.tce.sc.gov.br e informe o número do processo: PCP 26/00034689 e o codigo: F47EA

liquidadas e pagas somente as que efetivamente ocorrerem no bimestre especificado.

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

NOTA 4 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação.

Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

O Balanço Orçamentário é elaborado utilizando-se as classes 5, grupo 2 (Orçamento aprovado: previsão da receita e fixação da despesa) e classe 6, grupo 2 (Execução do orçamento: realização da receita e execução da despesa) do PCASP.

NOTA 5 – BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Assim, o Balanço Financeiro contempla duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.BF é

Disponibilizado para Fernanda Frizzo Crivelatti - 958351?917 em 18/05/2026 - 09:27:07

Esse documento foi assinado digitalmente por Alexandra Pereira Da Silva Goffi em 26/02/2026.
Para verificar a autenticidade acesse http://salavirtual.tce.sc.gov.br e informe o número do processo: PCP 26/00034689 e o codigo: F47EA

elaborado utilizando-se as seguintes classes do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP):

- ✓ Classes 1 (ativo) e 2 (passivo) para os recebimentos e pagamentos extraorçamentários, bem como para o saldo em espécie do exercício anterior e o saldo em espécie a transferir para o exercício seguinte;
- ✓ Classes 4 (variações patrimoniais aumentativas) e 3 (variações patrimoniais diminutivas) para as transferências financeiras recebidas e concedidas, respectivamente;
- ✓ Classe 5 para o preenchimento dos restos a pagar inscritos no exercício, conforme parágrafo único do artigo 103 da Lei nº 4.320/1964; e
- ✓ Classe 6 para o preenchimento das informações de execução da receita e despesa orçamentária.

Conforme as regras do MCASP, as informações são apresentadas por fonte/destinação de recursos, segregando em destinações ordinárias e vinculadas.

O detalhamento das vinculações é feito de acordo com as principais áreas de atuação do setor público.

As receitas orçamentárias são apresentadas líquidas das deduções.

No exercício de 2025 o Balanço Financeiro apresentou a seguinte composição:

Ingressos	Valor	Dispêndios	Valor
Receita Orçamentária	50.456.522,57	Despesa Orçamentária	46.446.002,99
Não Vinculada	31.663.759,05	Não Vinculada	29.091.216,58
Vinculada	18.654.453,81	Vinculada	17.300.535,66
Transferências Financeiras Recebidas	12.051.583,11	Transferências Financeiras Concedidas	12.051.583,11
Recebimentos Extraorçamentários	6.254.171,19	Pagamentos Extraorçamentários	7.408.201,97
Saldo do Exercício Anterior	11.126.292,42	Saldo para o Exercício Seguinte	13.961.630,44

NOTA 6 – BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial está previsto no artigo 105 e no anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64.

Disponibilizado para Fernanda Frizzo Crivelatti - 958351.7917 em 18/05/2026 - 09:27:07

Esse documento foi assinado digitalmente por Alexandra Pereira Da Silva Goffi em 26/02/2026.
Para verificar a autenticidade acesse http://salavirtual.tce.sc.gov.br e informe o número do processo: PCP 26/00034689 e o codigo: F47EA

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, financeiro e permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

A fim de atender aos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012.

Assim, de modo a atender às determinações legais e às normas contábeis vigentes, atualmente o Balanço Patrimonial é composto por:

a. Quadro Principal;
b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
c. Quadro das Contas de Compensação (controle); e
d. Quadro do Superávit / Déficit Financeiro.

Conforme o MCASP, o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

O Quadro Principal do Balanço Patrimonial é elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Os ativos e passivos são apresentados em níveis sintéticos (3º nível - Subgrupo ou 4º nível - Título).

6.1 Ativo Circulante

Os saldos apresentados no Ativo Circulante referem-se as disponibilidades financeiras apuradas ao término do exercício, num montante de R$ 15.279.658,37.

Conta	Descrição	Exercício Atual
1.1.1.1.1.19	Bancos Conta Movimento	13.961.630,44
1.1.2.5.1	Dívida Ativa Tributária	664.000,00
1.1.2.6.1.01	Dívida Ativa Não Tributária	340.000,00

Disponibilizado para Fernanda Frizzo Crivelatti - 958351?917 em 18/05/2026 - 09:27:07

Esse documento foi assinado digitalmente por Alexandra Pereira Da Silva Goffi em 26/02/2026.
Para verificar a autenticidade acesse http://salavirtual.tce.sc.gov.br e informe o número do processo: PCP 26/00034689 e o codigo: F47EA

1.1.3.1.1.01	Adiantamentos Concedidos a Pessoal	24.778,53
1.1.3.1.1.02	Suprimento de Fundos	32.913,63
1.1.3.8.1.08	Créditos a receber por desembolso de Salário Família	305,76
1.1.3.8.1.09	Créditos a receber por desembolso de Salário Maternidade	8.787,74
1.1.9.1.1.99	Prêmios de Seguros a Apropriar	245.574,27
1.1.9.3.1	Assinaturas e Anuidades a Apropriar	1.668,00
	Total	**15.279.658,37**

6.1.1 Dívida Ativa

Segundo o MCASP, dívida ativa é o conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em processo regular, inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez.

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) distingue a dívida ativa quanto à origem, conforme previsto na Lei nº 4.320/1964:

a. Dívida Ativa Tributária: é proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas.
b. Dívida Ativa Não Tributária: é proveniente dos demais créditos da Fazenda Pública, decorrentes de contratos em geral ou de outras obrigações legais.

O Município inscreve seus créditos em Dívida Ativa, apenas no final do exercício, sendo inscrito em contas analíticas o Principal da Dívida Ativa e as Multas e Juros da Dívida Ativa.

A distinção entre circulante e não circulante é realizado a partir de estimativas de arrecadação para o exercício seguinte, não tendo a contabilidade informações sobre parcelamento de valores em dívida ativa. Sendo assim no exercício de 2025 foram mantidos no ativo circulante apenas os valores que se estima que seja arrecadado durante o próximo exercício corrente, ou seja, em 2026.

O setor tributário atualiza mensalmente o saldo de juros e multas, mas devido a deficiências de integração entre os sistemas, a atualização desses registros é realizada, juntamente com o saldo principal, apenas ao final de cada exercício.

Disponibilizado para Fernanda Frizzo Crivelatti - 958351?917 em 18/05/2026 - 09:27:07

Esse documento foi assinado digitalmente por Alexandra Pereira Da Silva Goffi em 26/02/2026.
Para verificar a autenticidade acesse http://salavirtual.tce.sc.gov.br e informe o número do processo: PCP 26/00034689 e o codigo: F47EA

6.1.2 Adiantamentos Concedidos

O suprimento de fundos é caracterizado por ser um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas.

Sob a conta 1.1.3.1.1 – Adiantamentos Concedidos são registrados os valores adiantados aos servidores por adiantamento, sendo o saldo apresentado em 31/12/2025 de R$ 24.778,53, portanto, ficaram adiantamentos em aberto (pendentes de prestação de contas) ao final do exercício de 2025.

6.1.3 VPD Pagas Antecipadamente (Curto Prazo)

Compreendem os pagamentos antecipados de Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Município ocorrerão no curto prazo.

O município registra o reconhecimento patrimonial da VPD decorrente de pagamento antecipado de Seguros e também de Assinaturas e Anuidades, sob a conta 1.1.9 - VPD Paga Antecipadamente.

O saldo apresentado nesta conta em 31/12/2025 foi de R$ 247.242,27.

6.2 Ativo Não Circulante

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis, sendo reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição ou construção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os bens móveis e imóveis apresentaram um montante líquido de R$ 42.184.635,26.

Conta	Descrição	Exercício Atual
1.2.3.1.1	Bens Móveis	18.227.533,01
1.2.3.2.1.01	Bens Imóveis – Uso Especial	5.189.565,41
1.2.3.2.1.04	Bens Imóveis – Dominicais	656.840,17
1.2.3.2.1.05	Bens Imóveis – Uso Comum do Povo	5.467.272,51

Disponibilizado para Fernanda Frizzo Crivelatti - 958351.7917 em 18/05/2026 - 09:27:07

Esse documento foi assinado digitalmente por Alexandra Pereira Da Silva Goffi em 26/02/2026.
Para verificar a autenticidade acesse http://salavirtual.tce.sc.gov.br e informe o número do processo: PCP 26/00034689 e o codigo: F47EA

1.2.3.2.1.06	Bens Imóveis – Em Andamentos	18.678.084,20
1.2.3.2.1.07	Bens Imóveis – Instalações	57.921,51
1.2.3.2.1.08	Bens Imóveis – Benf. em Prop. Terc.	7.330,55
1.2.3.2.1.99	Bens Imóveis – Demais Bens Imóveis	516.132,03
1.2.3.8.1.01	(-) Depreciação Acumulada - Bens Móveis	-6.410.292,72
1.2.3.8.1.02	(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	-205.751,41
	Total	**42.184.635,26**

Quanto aos Bens de Infraestrutura, o Município ainda não promoveu o reconhecimento dos mesmos, estando ainda na fase de adaptação a este procedimento contábil patrimonial, conforme cronograma estabelecido na portaria 548/2015 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

6.3 Passivo Circulante

O Passivo Circulante, que corresponde a valores exigíveis até o final do exercício seguinte; ou valores de terceiros ou retenção em nome deles, independentemente do prazo de exigibilidade, somou R$ 3.990.940,35.

Conta	Descrição	Exercício Atual
2.1.1.1.1.01	Pessoal a Pagar	961.655,05
2.1.1.1.1.02	Pessoal a Pagar de Exercícios Anteriores	71.182,30
2.1.1.4.3.01	INSS a Pagar	57.302,04
2.1.2.1	Empréstimos a Curto Prazo – Interno	84.997,40
2.1.2.5	Juros e Encargos a pagar de Empréstimos e Financiamentos	435.899,13
2.1.3.1.1.01	Fornecedores Nacionais	761.239,73
2.1.3.1.1.02	Precatórios de Fornecedores Nacionais	5.240,59
2.1.4.1.1.11	PIS/PASEP a Recolher	31.709,16
2.1.8.8.1.01	Consignações	198.915,22
2.1.8.9.1.14	Consórcios a Pagar	1.327.493,56
	Total	**3.990.940,35**

6.3.1 Pessoal a Pagar

A conta 2.1.1.1.1.01 – Pessoal a Pagar do Exercício, em 31/12/2025 apresentou saldo de R$ 961.655,05. Advém do reconhecimento por competência dos passivos relativos as férias dos servidores e tem seus valores registrados com base em relatórios emitidos diretamente do banco de dados do Departamento de Recursos Humanos;

Disponibilizado para Fernanda Frizzo Crivelatti - 958351.7917 em 18/05/2026 - 09:27:07

Esse documento foi assinado digitalmente por Alexandra Pereira Da Silva Goffi em 26/02/2026.
Para verificar a autenticidade acesse http://salavirtual.tce.sc.gov.br e informe o número do processo: PCP 26/00034689 e o codigo: F47EA

Município de
ANCHIETA

6.3.2 Empréstimos e Financiamentos

O Município, possuí dois financiamentos a pagar, os quais contratou nos exercícios de 2019 e 2022, junto à Caixa Econômica Federal, denominado FINISA (Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento) com a finalidade única e exclusiva de financiar Despesas de Capital.

6.3.3 Fornecedores e Contas a Pagar

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, com vencimento no curto prazo.

O saldo apresentado em 31/12/2025 é de R$ 761.239,73 e se refere aos empenhos liquidados, porém não pagos (Restos a Pagar Processados).

6.3.4 Obrigações Fiscais

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

O saldo apresentado em 31/12/2025 é de R$ 31.709,16 e se refere ao recolhimento do PASEP liquidado e não pago (Restos a Pagar Processados), o qual será realizado o pagamento em janeiro de 2026.

6.4 Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do Município em 31/12/2025 totalizou R$ 51.729.562,53.

NOTA 7 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Previsto no art. 104 e anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/64 “A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas

Disponibilizado para Fernanda Frizzo Crivelatti - 958351.7917 em 18/05/2026 - 09:27:07

Esse documento foi assinado digitalmente por Alexandra Pereira Da Silva Goffi em 26/02/2026.
Para verificar a autenticidade acesse http://salavirtual.tce.sc.gov.br e informe o número do processo: PCP 26/00034689 e o codigo: F47EA

no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício".

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado compõe o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) é elaborada utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas) do PCASP, a fim de demonstrar as variações quantitativas ocorridas no patrimônio da entidade ou do ente.

A Demonstração das Variações Patrimoniais apresentou a seguinte composição no exercício de 2025:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	Exercício Atual
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.254.678,38
Contribuições	385.061,17
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	42.845,86
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.318.784,10
Transferências e Delegações Recebidas	54.884.363,81
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	963.531,10
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	8.869.020,49
Total de Variações Patrimoniais	**69.718.284,91**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**Exercício Atual**
Pessoal e Encargos	22.640.030,53
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	245.470,89
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	15.164.520,69
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	857.458,04
Transferências e Delegações Concedidas	19.204.613,98
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	5.067.999,93
Tributárias	463.739,76
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	576.387,91
Total de Variações Patrimoniais	**64.220.221,73**
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**5.498.063,18**

Em 2025, o resultado apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas foi um Superávit Patrimonial no valor de R$ 5.498.063,18.

Disponibilizado para Fernanda Frizzo Crivelatti - 958351.7917 em 18/05/2026 - 09:27:07

Esse documento foi assinado digitalmente por Alexandra Pereira Da Silva Goffi em 26/02/2026.
Para verificar a autenticidade acesse http://salavirtual.tce.sc.gov.br e informe o número do processo: PCP 26/00034689 e o codigo: F47EA

Município de
ANCHIETA

NOTA 8 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

Segundo o MCASP, a DFC é elaborada pelo método direto e evidencia as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas nos seguintes fluxos, de acordo com as atividades da entidade:

a. operacionais;
b. de investimento; e
c. de financiamento.

A soma dos três fluxos corresponde à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício de referência.

A DFC é elaborada utilizando-se contas da classe 6 (Controles da Execução do Planejamento e Orçamento) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), com filtros pelas naturezas orçamentárias de receitas e de despesas, bem como funções e subfunções. Também faz uso, quando necessário, de outras contas e filtros necessários para marcar a movimentação extraorçamentária que eventualmente transitar pela conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

Os campos “Outros ingressos” e “Outros desembolsos” (do fluxo operacional, do fluxo de investimento e do fluxo de financiamento) contemplam situações não previstas, cabendo a cada ente adaptá-los conforme suas necessidades. Geralmente, são valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa. Exemplos: recebimentos e pagamentos extraorçamentários; transferências financeiras entre órgãos do mesmo ente, aplicações e resgates de investimentos temporários.

A DFC do Município apresentou ao final do exercício de 2025 os seguintes fluxos responsáveis pela geração líquida de caixa e equivalente de caixa:

Disponibilizado para Fernanda Frizzo Crivelatti - 958351?917 em 18/05/2026 - 09:27:07

Esse documento foi assinado digitalmente por Alexandra Pereira Da Silva Goffi em 26/02/2026.
Para verificar a autenticidade acesse http://salavirtual.tce.sc.gov.br e informe o número do processo: PCP 26/00034689 e o codigo: F47EA

FLUXO DE CAIXA	Exercício Atual
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais	11.499.451,77
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento	-8.292.541,19
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	-371.572,56
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	**Exercício Atual**
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	2.835.338,02
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	11.126.292,42
Caixa e Equivalente de Caixa Final	13.961.630,44

A geração líquida de caixa do Município encerrou 2025 com uma geração POSITIVA de caixa de 2.835.338,02.

O saldo final disponível em Caixa e Equivalentes de Caixa apresentou um montante de R$ 13.961.630,44, sendo este o saldo inicial em caixa para o exercício de 2026.

Importante salientar que o Município não trabalha com valores em espécie, sendo sua movimentação toda operada em contas bancárias nas instituições Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, SICOOB, SICREDI E CRESOL.

NOTA 9 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) demonstrará a evolução do patrimônio líquido da entidade. Compreende ao valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

A DMPL é elaborada utilizando-se o grupo 3 (patrimônio líquido) da classe 2 (passivo) do PCASP.

A DMPL do Município apresentou no exercício de 2025 a seguinte movimentação:

ESPECIFICAÇÃO	Total
Saldo Inicial - Exercício Atual	**46.231.499,35**
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00
Aumento de Capital	0,00

Disponibilizado para Fernanda Frizzo Crivelatti - 958351 7917 em 18/05/2026 - 09:27:07

Esse documento foi assinado digitalmente por Alexandra Pereira Da Silva Goffi em 26/02/2026.
Para verificar a autenticidade acesse http://salavirtual.tce.sc.gov.br e informe o número do processo: PCP 26/00034689 e o codigo: F47EA

Resultado do Exercício	5.498.063,18
Constituição / Reversão de Reservas	0,00
Dividendos	0,00
Saldo Final - Exercício Atual	**51.729.562,53**

O resultado do exercício corresponde a R$ 5.498.063,18, aumentando o patrimônio líquido da entidade.

NOTA 10 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relatório de Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP – foi elaborado com o objetivo de apresentar informações relevantes no contexto da gestão do Município de Anchieta/SC, evidenciando de forma analítica a situação patrimonial e financeira, a fim de tornar mais transparente os dados contidos nos Demonstrativos apresentados resultantes da gestão do exercício de 2025.

Anchieta, SC, 31 de dezembro de 2025.

_____
ALEXANDRA PEREIRA DA SILVA GOFFI
Contadora - CRC SC 046803/O-5

Disponibilizado para Fernanda Frizzo Crivelatti - 958351?917 em 18/05/2026 - 09:27:07

Esse documento foi assinado digitalmente por Alexandra Pereira Da Silva Goffi em 26/02/2026.
Para verificar a autenticidade acesse http://salavirtual.tce.sc.gov.br e informe o número do processo: PCP 26/00034689 e o codigo: F47EA